

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE GEOGRAFIA AOS ALUNOS SURDOS: UM ESTUDO DE CASO

INCLUSIVE EDUCATION AND GEOGRAPHY TEACHING TO DEAF STUDENTS: A CASE STUDY

 Suzete Lourenço Buque¹
 Maria Julieta Eduardo Lapucheque¹

¹ Universidade Pedagógica de Maputo (UPM), Maputo, MP, Moçambique

Resumo

Este artigo aborda sobre educação inclusiva e como se materializa no ensino da disciplina de Geografia aos alunos surdos. No desenvolvimento deste trabalho, parte-se do pressuposto que os professores precisam utilizar metodologias que se adequam às necessidades dos alunos. Nesse contexto pretendeu-se nesta pesquisa analisar as metodologias de ensino que os professores de Geografia utilizam no ensino a alunos surdos na escola Secundária Josina Machel. Para o efeito, conduziu-se uma pesquisa assentada na abordagem qualitativa, mobilizando as técnicas de revisão bibliográfica, análise documental, observação de aulas e realização de entrevistas. Nas entrevistas participaram como sujeitos os professores de Geografia que atuam em turmas com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), intérpretes de Língua de Sinais Moçambicana e gestores da escola. A observação de aulas ocorreu em turmas de alunos com NEE. Os resultados revelam haver dificuldades de interação entre os professores e os alunos no Processo de Ensino-Aprendizagem. Os professores não privilegiam o uso de material didático e metodologias de ensino que valorizem a leitura visual espacial, ignorando que o desenvolvimento cognitivo de um aluno surdo se estrutura tendo por base informações visuais. Sugere-se o recurso a material viso-espacial e o uso da Cartografia como método ensino de Geografia.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Necessidades Educativas Especiais; Ensino de Geografia.

Abstract

This article addresses inclusive education and how it manifests itself in the teaching of geography to deaf students. This study is based on the assumption that teachers need to use methodologies that are tailored to the needs of their students. In this context, the aim of this research was to analyze the teaching methodologies used by geography teachers when teaching deaf students at Josina Machel Secondary School. To this end, qualitative research was conducted, using techniques such as literature review, document analysis, classroom observation, and interviews. The interviewees included geography teachers who work with students with Special Educational Needs, Mozambican sign language interpreters, and school administrators. Class observation took place in classes of students with Special Educational Needs. The results reveal difficulties in interaction between teachers and students during the teaching-learning process. Teachers do not prioritize the use of teaching materials and methodologies that value visual-spatial reading, ignoring that the cognitive development of a deaf student is structured based on visual information. The research recommends the use of visual-spatial material and cartography as a method of teaching geography.

Keywords: Inclusive Education; Special Educational Needs; Geography Teaching.

Recebido em: 13/10/2025 | 30/12/2025

Correspondência para: Suzete Lourenço Buque (bquesuzete@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda sobre Educação Inclusiva e como se materializa no Ensino de Geografia aos alunos surdos na Escola Secundária Josina Machel. No desenvolvimento deste trabalho, parte-se do pressuposto que os professores da disciplina de Geografia precisam usar propostas metodológicas que se adequam ao ensino inclusivo.





Os alunos surdos enquadram-se no segmento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A preocupação com a educação de crianças com NEE em Moçambique remonta ao período antes da independência (1975) e foi evoluindo, tendo em consideração os protocolos e convenções aprovados na região da África Austral, assim como, no mundo em geral. Desses protocolos toma-se como exemplos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que estabelece a educação como um direito fundamental e a Declaração de Salamanca (1994), que se foca particularmente na educação inclusiva.

No que concerne às convenções e protocolos ratificados por Moçambique, considera-se de grande relevância para os alunos surdos a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, publicado pela Resolução nº 29/2010, de 31 de Dezembro. Este legitima todo tipo de comunicação, seja por textos, tátil, visual ao que a “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais, assim como, outras formas de comunicação não faladas.

A ratificação da convenção acima referida é de grande importância, pois, em Moçambique existem cerca de 727.620 pessoas com deficiência registadas no censo de 2017, num total de 26.899.105 habitantes, dos quais 68.326 são surdos. A educação inclusiva implica ter todos estes habitantes escolarizados ou a frequentar a escola ou ainda, formados e criadas condições para o Processo de Ensino-Aprendizagem.

De acordo com os dados estatísticos supramencionados, a população surda é considerável, o que exige das instituições organização, mobilização de recursos materiais e financeiros, existência de mais professores especializados e políticas educacionais exequíveis para garantir o ensino em escolas regulares do Sistema Nacional de Educação (SNE), para todos os alunos.

O currículo do Ensino Secundário Geral é constituído por diferentes disciplinas e cada uma com as suas particularidades, em que a disciplina de Geografia faz parte. Assim, com esta pesquisa pretende-se analisar as metodologias que os professores de Geografia utilizam na mediação do Processo de Ensino-Aprendizagem aos alunos surdos na Escola Secundária Josina Machel e sugerir outras possibilidades de ensino que respondam às necessidades deles.

O texto está estruturado em cinco partes que se complementam. A primeira debruça-se sobre a educação inclusiva. A segunda aborda sobre a importância da comunicação através língua de sinais no ensino de alunos surdos. A terceira apresenta as diferentes sugestões teórico-metodológicas para o ensino de Geografia no geral e em particular para o aluno Surdo; a quarta parte aborda sobre as diretrizes do Plano Curricular do Ensino Secundário Geral no que se refere a alunos com NEE, particularmente para o aluno surdo; a quinta apresenta os resultados da pesquisa, e termina com as considerações finais e referências bibliográficas.



REVISÃO TEÓRICA

Nesta parte do texto, serão definidos os termos inclusão e Educação inclusiva, abordagem sobre as sugestões teórico-metodológicas para o ensino de Geografia no geral e em particular para alunos surdos, diretrizes curriculares para o Ensino de Geografia no nível Secundário Geral em Moçambique e sobre a comunicação em Língua de Sinais. Para o efeito recorre-se a alguns autores como: Alonso (2013), Rosa (2011), Bueno; Neto (2019), Cavalcanti (2010), Silva (2021), Pereira (2017) e Pena; Sampaio (2011).

Educação Inclusiva

Para a abordagem sobre Educação Inclusiva no ensino da disciplina de Geografia considera-se importante haver um entendimento sobre o significado desse termo.

Inclusão é um processo amplo com dimensões ideológicas, sociais, culturais, políticas e económicas diversas e envolve toda e qualquer relação interpessoal existente na escola e fora dela. A inclusão deve ser um fenómeno pleno que inclui interação, entre outros elementos relacionais. Se alguma relação não apresenta interação, então não houve inclusão, no sentido mais pleno do termo (ROSA, 2011, p. 145).

Quanto a este assunto, Alonso (2013), refere que a Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, pois todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Neste sentido, o autor considera que:

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão do mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças (ALONSO, 2013, p. 2).

No que concerne a Educação inclusiva, do ponto de vista pedagógico, Pereira (2017, p.2), enfatiza que “o facto do aluno surdo estar numa escola regular, isso não o nega a um tratamento especializado segundo a sua condição e que a isso, não constituiria exclusão”.

A situação encontrada na escola, objeto de estudo, enquadra-se perfeitamente na definição dos autores acima citados, pelo facto de os alunos estarem em turmas separadas dos ouvintes. Esta separação não se entende como exclusão, mas apenas pretende-se fazer um tratamento especializado à sua condição.

O processo de Educação inclusiva em Moçambique na perspectiva de Silva (2021) observa dois marcos importantes que ditam a periodização, em que se destaca: primeiro de 1998 a 2008, pela “Introdução Oficial da Educação Inclusiva”, que é caracterizado pelo lançamento do Projeto “Escolas Inclusivas”; o segundo vai de 2009 a 2019, marcado pelo início do funcionamento dos Centros de Recursos de Educação Inclusiva (2012), aprovação da nova Lei do Sistema Nacional de Educação (2018)¹ e da Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento de Crianças com Deficiência (2020-2029)².



Considera-se que os dois últimos documentos supramencionados são de grande valia pois, preconizam o envolvimento de diferentes sectores na promoção de Educação inclusiva em Moçambique na fase atual do desenvolvimento do país.

Comunicação em Língua de Sinais no Ensino de Alunos Surdos

O reconhecimento científico e político da Língua de Sinais, de acordo com Bavo e Coelho (2021), sucederam como resultado da luta dos surdos pelos seus direitos. Acrescentam ainda que, por se considerar uma minoria linguística e cultural houve a proposta de um modelo bilíngue formulado por Bovet (1982), Skliar (1998), defendendo que o processo de aprendizagem de surdos deve realizar-se considerando a Língua de Sinais como a primeira (L1) e no caso de Moçambique o português como a segunda Língua (L2)

Bavo e Coelho (2021), baseando-se em estudos de Lopes (1997) e Ngunga (1993), apontam que em Moçambique há mais de vinte línguas locais, cujo Português é a Língua Oficial de comunicação e de instrução, que constitui a segunda língua, para muitos alunos, incluindo os surdos. “Os surdos fazem parte de uma minoria linguística, pois estão inseridos em uma sociedade multicultural, sendo a comunidade surda representada por apenas 0,3%, do total da população” (BAVO; COELHO, 2021, p. 120).

A Língua de Sinais Moçambicana, apesar de reconhecida pela Constituição da República de Moçambique (CRM, 1990, 2004), como língua de aprendizagem da população Surda, segundo Bavo e Coelho (2021, p.120) “está ausente de todos os mapas linguísticos elaborados, desde o primeiro censo populacional, em 1980, até ao último de 2017”.

A educação de alunos surdos enfrenta dificuldades nas escolas, pois ainda permanece a oralidade e os surdos têm dificuldades de aprender a Língua Portuguesa oralizada. Para minimizar as dificuldades de aprendizagem, conforme afirmam Bavo e Coelho (2021), no contexto moçambicano, os pais ouvintes têm domínio de línguas locais de origem bantu e o primeiro contacto das crianças surdas é oral por via da Língua Local. “Nesse cenário, a criança surda, exposta a uma ou mais línguas vocais não adequadas à sua condição de surdo, chega à escola sem uma língua estruturada, nem vocal, nem de sinais” (BAVO; COELHO 2021, p.4).

Relativamente à Comunicação, abrange os sistemas auditivos, os meios de voz digitalizada, os modos, meios e formatos aumentativos, alternativos de comunicação, incluindo a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. Enquanto a “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada. Sobre este assunto, Festa e Oliveira (2012), consideram que:

A partir da compreensão de que a língua de sinais permite o desenvolvimento das pessoas surdas, estas reivindicam o direito de usar esta língua, o que tem levado, nos últimos anos, algumas escolas a adotarem a filosofia bilíngue na educação dos alunos surdos. Portanto, ao aceitar o Bilinguismo na educação de surdos, se aceita a diferença do outro (FESTA; OLIVEIRA, 2012, p.7).



A partir dos autores citados, há necessidade de se prestar atenção ao uso de Língua de Sinais para os alunos surdos, por forma a concretizar - se a inclusão plena na comunicação com estes no processo educativo.

O Ensino de Geografia a Alunos Surdos

No âmbito da temática sobre o ensino da disciplina de Geografia na escola no geral, são várias as pesquisas desenvolvidas em diferentes partes do mundo, com o objetivo de encontrar referenciais teórico-metodológicos que permitam que o aluno tenha uma aprendizagem significativa e consiga perceber o espaço e pensar criticamente sobre ele. Pois, “o ensino da Geografia não só habilita o aluno aos conhecimentos cientificamente elaborados como também o seu papel na sociedade onde está inserido” (CAMPOS, 2010, p. 11). Percebe-se que existem alguns avanços em termos de resultados desses estudos, no entanto, ainda prevalecem alguns obstáculos que precisam ser superados, sobretudo no que concerne ao ensino da disciplina de Geografia a alunos Surdos. No contexto de Moçambique nem todas as escolas estão preparadas em termos de recursos materiais e humanos para atender alunos com necessidades educativas especiais, em que fazem parte os surdos.

Na contemporaneidade algumas indicações são avançadas para o ensino da Geografia na escola, e que os professores devem as privilegiar como sejam: O lugar como referência no tratamento dos conteúdos geográficos; A multiescalaridade no tratamento de fenômenos geográficos no ensino, buscando entender os fenômenos na relação parte/todo; Formação de conceitos geográficos instrumentalizadores do pensamento espacial; Desenvolvimento da capacidade de leitura e mapeamento da realidade pela linguagem gráfica e cartográfica; Desenvolvimento da habilidade de lidar com “linguagens alternativas” na análise geográfica (o cinema, a música, a literatura, a dramatização, as *charges*, a internet, jogos virtuais e o computador no ensino da geografia); Tratamento crítico das temáticas físico-naturais, em que essas temáticas sejam tratadas com o pressuposto da articulação entre natureza e sociedade; Abordagem do conceito de ambiente e discussão da Ética ambiental; Abordagem de temas socialmente relevantes; e contribuição efetiva a formação da cidadania (CAVALCANTI, 2010, pp. 376-380).

As sugestões acima, indicadas são aplicadas para o ensino da disciplina de Geografia a todos os alunos incluindo os surdos, pois, em alguns casos estudam na mesma sala com alunos que não possuem nenhuma NEE, considerando que,

a ciência geográfica possui um papel importante na Educação inclusiva, já que esta disciplina consegue agregar as questões espaciais tão importantes para as pessoas com deficiência e os “normais” e o entendimento das questões sociais, fundamentais para que tenhamos uma sociedade onde ser diferente não seja motivo para justificar a exclusão (...). (FERNANDES, 2005, *apud*, SILVA; MELO, 2008, p. 88).

Contudo, há necessidade de potenciar algumas estratégias para este segmento de alunos, pois o desenvolvimento cognitivo de um aluno Surdo se estrutura tendo por base informações visuais. Assim, percebe-se que, um dos caminhos para trabalhar com alunos surdos em sala de aula perpassa pela valorização da sua percepção, pois a leitura visual



espacial (mapas e imagens) contribui para aprendizagem de Geografia (BUENO; SANTOS NETO, 2019, p. 202).

Para além das sugestões teórico-metodológicas, acima mencionadas, importa referenciar outras estratégias metodológicas apontadas por Pena e Sampaio (2011) ao debruçarem-se sobre o ensino de Geografia aos alunos surdos. Estes autores para além de outras estratégias já referenciadas apontam que pode se recorrer: a elaboração de Mapas conceituais que podem ser elaborados pelos alunos, assim, como pelo professor de modo que o aluno organize as suas ideias e conhecimentos prévios, “e/ou para que o professor explique os conceitos mais importantes a serem explorados”; a realização de trabalho de campo de modo que alguns conteúdos aprendidos possam ser visualizados no concreto, no entanto, partindo sempre da realidade dos alunos e caminhando para o global; ao uso do retroprojektor, a televisão e vídeo, pois “são também recursos que motivam os alunos surdos e ouvintes a aprenderem, pois estas tecnologias podem associar imagens e palavras escritas, além de serem capazes de projetar outras realidades, tempos e espaços” (PENA; SAMPAIO, 2011, p. 218).

Considerando que no ensino de alunos surdos a questão da comunicação é fundamental conforme foi referenciado anteriormente, recomenda-se que o professor de Geografia trabalhe com um intérprete da Língua de Sinais, caso não tenha domínio dela. Nesse contexto, orienta-se que o professor precisa estar atento de modo a não falar e realizar duas ou mais atividades ao mesmo tempo,

como, por exemplo, falar e mostrar uma gravura no quadro. Os alunos surdos devem prestar atenção no intérprete para depois visualizar o que o professor está mostrando. É “impossível para esses alunos visualizar duas coisas ao mesmo tempo” (PENA; SAMPAIO, 2011, p. 220).

Sobre as orientações do Currículo do Ensino Secundário para o ensino inclusivo, por forma a tornar acessíveis os conhecimentos de Geografia, é a proposta a seguir desenvolvida.

O Plano Curricular do Ensino Secundário Geral em Moçambique (PCESG), documento base para o nível de ensino em que se enquadra a pesquisa, orienta-se por cinco princípios, que são: I) Ensino-Aprendizagem centrado no aluno; II) Ensino-Aprendizagem orientado para o desenvolvimento de competências para a vida; III) Ensino-Aprendizagem em espiral; IV) Interdisciplinaridade; V) Educação Inclusiva (INDE, 2022).

Importa referir que para o objetivo deste artigo, o foco está no princípio de Educação inclusiva e, procura-se verificar como é que se desdobra e que orientações metodológicas são sugeridas para o alcance do mesmo. Importa referir, que existe reconhecimento de que esses princípios se materializam de forma articulada, ou seja, no seu todo concorrem para o alcance dos objetivos definidos para este nível de ensino.

No que concerne ao princípio da Educação inclusiva considera-se que “é um direito de todo o cidadão. Neste sentido, o currículo do ESG pauta por uma educação inclusiva que se consubstancia na igualdade de oportunidades para todos os cidadãos” (INDE, 2022, p. 6). Para o caso específico de alunos com deficiência auditiva aponta-se que estes beneficiam de programas de ensino específicos, que dão primazia ao uso da Língua de Sinais de Moçambique como disciplina e constitui um meio de aprendizagem nas restantes disciplinas (INDE, 2022).



No que concerne as recomendações metodológicas para o trabalho com alunos surdos no ensino da disciplina de Geografia, procurou-se verificar se isso é referenciado no programa da 9ª classe. Os conteúdos que eram lecionados na 10ª classe constam da 9ª classe, por isso, optou-se por fazer a análise com base no atual currículo, que entrou em vigor em 2023. Da análise feita constatou-se que são referenciadas diversas sugestões metodológicas que se considera que bem implementadas e com a capacidade inovadora dos professores, pode ajudar para a aprendizagem destes alunos que dependem muito da percepção visual.

O programa da 9ª classe dentre várias sugestões apresentadas destaca-se: Realização de estudo do meio; uso da linguagem cartográfica e gráfica, fotografias e quadros; observação de paisagens no percurso casa-escola, entre outros. A título de exemplo, no programa da 9ª classe, apresentado no quadro 1, encontram-se algumas passagens que chamam atenção aos professores para o uso da linguagem cartográfica e estudo do meio.

Quadro 1- Recomendações do programa de ensino de Geografia da 9ª classe

Classe	Recomendações metodológicas
9ª Classe	• O professor poderá organizar visitas de estudo para a observação de aspetos físico-geográfico. • O professor pode incentivar o desenvolvimento das habilidades cartográficas, orientando o aluno na atividade de elaboração de esboços de mapas. • O professor pode utilizar mapas (...) gráficos, postais e outros materiais didáticos na abordagem dos temas. • No estudo do clima, o professor pode orientar o aluno a analisar, explicar e a construir gráficos termo-pluviométricos. • Na análise de vários problemas e fenómenos ligados à população, o professor poderá utilizar pirâmides etárias, mapas e Atlas Geográfico volume I, diagramas, gráficos, entre outros materiais

Fonte: INDE (2022)

Da análise feita ao Currículo do Ensino Secundário Geral do 1º ciclo, percebeu-se que aspectos ligados a alunos surdos aparecem de uma forma muito generalizada em que se destaca a questão do uso da Língua de Sinais, não havendo orientações específicas para o ensino de Geografia. Nesse sentido, os professores de Geografia, precisam ter conhecimento sobre as estratégias metodológicas que são mais eficazes para o trabalho com aluno surdo. Assim, as instituições de formação de professores devem incluir essa temática nos seus programas curriculares e ao mesmo tempo, desenvolverem-se ações de formação contínua de professores do ESG, para que estes prestem mais atenção a essa categoria de alunos.



PERCURSO METODOLÓGICO

O método que orientou esta pesquisa foi o dialético, por considerar que a temática em análise é complexa e envolve vários elementos que se inter-relacionam e que estão inseridos num contexto histórico e tem como perspectiva a transformação da realidade, ao propor estratégias para o ensino da Geografia para alunos surdos, pois, o método dialético apresenta as seguintes características:

Incorpora critérios históricos, contextuais, ideológicos, isto é, estabelece nexos com o conjunto de fenómenos que permeiam o grupo estudado [...] tem intenção de transformação [...] as pesquisas críticas não se limitam a descrever uma realidade, mas assumem um compromisso em suscitar mudanças na realidade estudada, sejam elas imediatas ou em períodos mais dilatados [...]; os problemas a serem investigados partem de situações reais, ou seja, da ação (MEDEIROS, 2006, p. 41).

A abordagem selecionada é a investigação qualitativa, do tipo estudo de caso, mobilizando as técnicas de revisão bibliográfica, análise documental, entrevista e observação de aulas. A pesquisa qualitativa foi eleita por considerá-la mais adequada para investigar problemas do âmbito educacional. De acordo com Gil (2007), essa abordagem, valoriza a forma como a realidade é construída e a relação entre o pesquisador e o objeto de estudo, assim como as investigações são baseadas em observação e estudos de caso.

A revisão bibliográfica serviu para fundamentação teórica do trabalho, complementação dos dados recolhidos por via de outras fontes e levantamento de outros questionamentos. Foi analisada a bibliografia relativa à Educação Inclusiva, Ensino de Geografia, particularmente ao ensino dos alunos Surdos. Para o desenvolvimento deste artigo foram analisados diferentes documentos normativos, que orientam o processo educativo em Moçambique.

A observação não participante constituiu a técnica para a coleta de dados em sala de aula, com recurso a um guião. Quanto à escolha das turmas, o critério foi de turmas com alunos surdos do I Ciclo do ESG da Escola Secundária Josina Machel, matriculados no turno diurno. O cronograma para a observação de aulas foi elaborado em função do horário letivo das turmas com alunos de NEE, uma vez que os professores de Geografia cumpriam o horário também em outras turmas de ouvintes. A observação de aulas decorreu nos meses de Março, Abril e Maio de 2023.

No que se refere à técnica de entrevista, os sujeitos de pesquisa foram no total 13, constituídos por 3 (três) gestores da escola, 3 (três) professores de Geografia, 3 (três) intérpretes de LSM e 4 (quatro) encarregados de educação de alunos surdos, matriculados e a frequentar as aulas no ano letivo de 2023.

Importa referir que os entrevistados, não receberam todas as mesmas questões, facto que levou a adotar-se uma metodologia de agrupamento: aos gestores da escola (GE), professores de Geografia (PG), intérpretes de Geografia em Língua de Sinais Moçambicana (IG) e encarregados de educação (EE). O objetivo foi de ter informações diversificadas para análise, em diferentes pontos de vista, mas para a mesma realidade sobre ensino de Geografia



ao aluno surdo. Todas as entrevistas ocorreram na Escola Secundária Josina Machel, no período de Novembro de 2022 e Março a Abril de 2023.

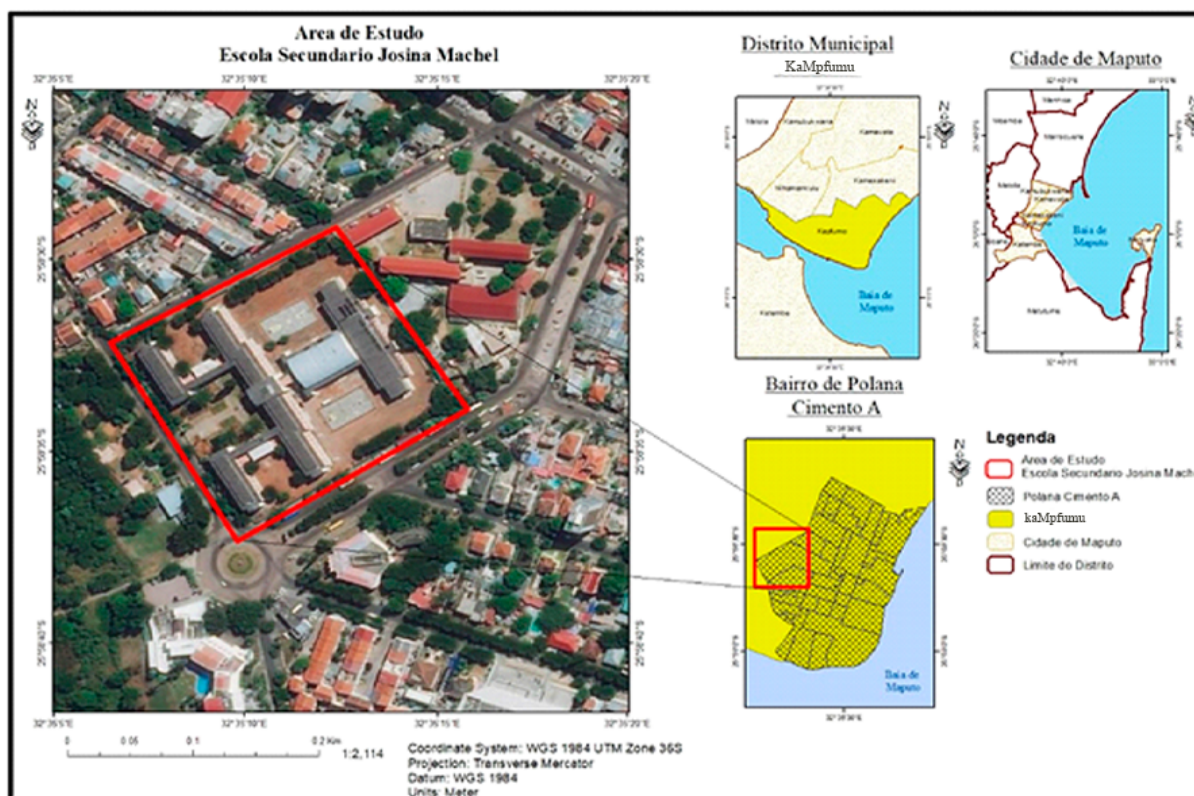
Importa destacar que no processo de coleta de dados, contou-se com o apoio da direcção pedagógica da escola, visando o acesso às turmas, para a assistência às aulas, assim como aos alunos, professores e encarregados de educação a entrevistar, que estiveram a trabalhar ou trabalharam com os alunos em alusão.

RESULTADOS

O estudo foi realizado na Escola Secundária Josina Machel, situada na cidade de Maputo. Esta possuía no ano de 2023 um efetivo de 4001, dos quais 221 eram alunos com NEE, equivalente a 9,0%. Estes alunos comportavam uma turma por cada classe, da 7^a a 12^a, em cumprimento da Lei n.º 18/18, de 28 de Dezembro. Importa referir que dos 221 alunos com NEE, 93 têm problemas de Surdez.

A escola Secundária Josina Machel situa-se entre as Coordenadas 25° 58' 31" de Latitude Sul; 32° 36' 10. 9" de Longitude Este, no Bairro da Polana Cimento A, distrito municipal Ka MPfumo, com vista à baía de Maputo no Município da Cidade de Maputo, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 - A Escola Secundária Josina Machel



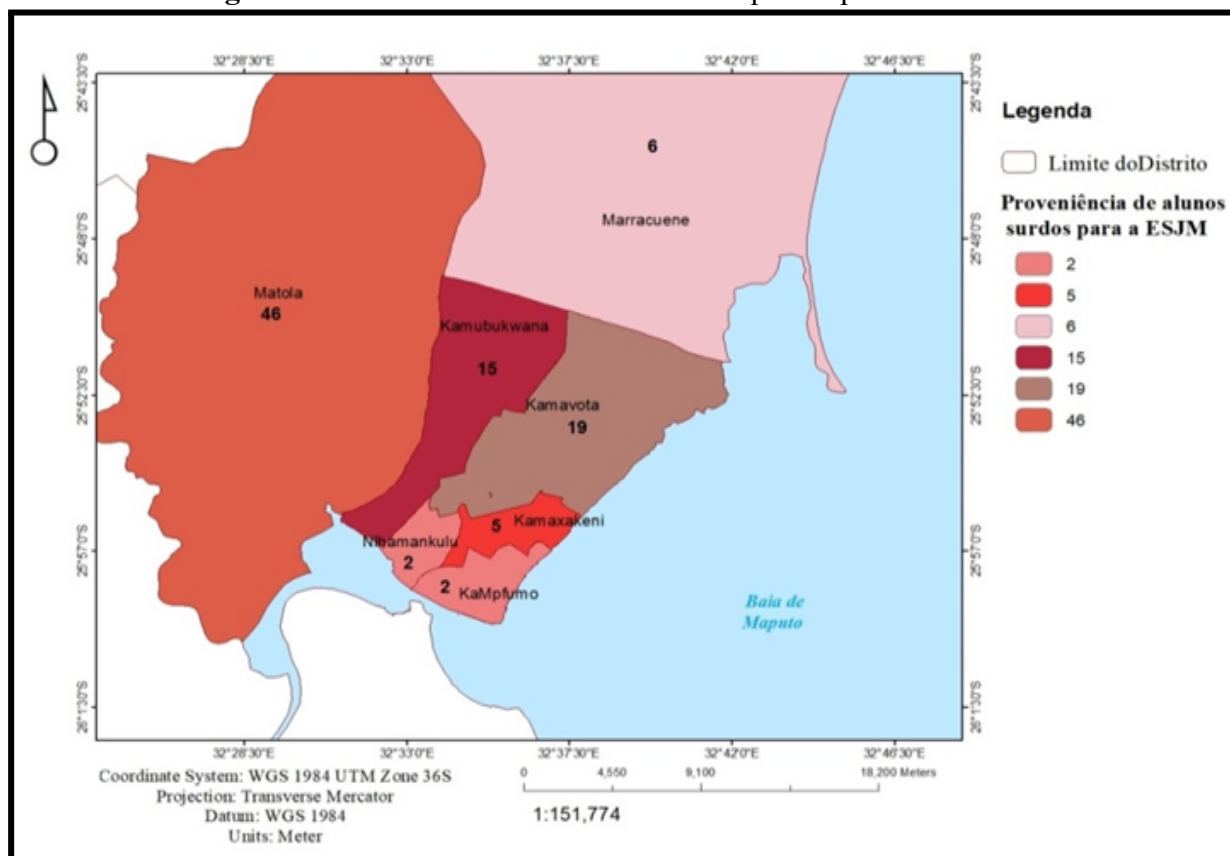
Fonte: Google Earth Pro; Projecção: Transversal Mercator; Escala: 1:2.114.



A Escola foi criada pelo Decreto n.º 3916, de 12 de Março de 1918, tendo passado por vários períodos de evolução até a edificação definitiva atual. Esse estabelecimento de ensino possui três pisos, um total de 47 salas de aula com uma capacidade de 55 alunos por turma; um auditório que funciona como sala de educação musical; uma sala de informática; três laboratórios de Ciências Naturais para Física, Química e Biologia; quatro ginásios internos; uma piscina interior com água aquecida com 50 balneários com chuveiros; dois campos de jogos ao ar livre; duas caixas de salto para a modalidade de atletismo e um salão de festas. A estas divisões juntam-se os gabinetes, a papelaria, a cantina, salas de professores e para arquivos, assim como sanitários masculinos e femininos em cada um dos pisos.

Uma das primeiras preocupações no desenvolvimento da pesquisa foi de perceber o porquê aquela escola, ao nível das escolas existentes na cidade de Maputo e arredores, é a que mais recebe alunos com NEE. A resposta a esta preocupação foi esclarecida por via da entrevista feita ao gestor da escola. Este informou que a escola recebe alunos provenientes de todos os distritos urbanos da cidade de Maputo e da Província de Maputo, conforme ilustra o mapa (Figura 2).

Figura 2- Proveniência dos alunos surdos que frequentam a Escola



Fonte: WGS,1984; Projeção: Transversal Mercator. Compilação da autora, estudo de campo Março/Abril 2023.



Os alunos surdos que frequentam a escola em sua maioria têm proveniência em distritos da periferia, com destaque para Matola (província de Maputo), Kamubukwane e Kamavota (Cidade de Maputo). Importa referir que as outras as escolas secundárias da província e Cidade de Maputo não formam turmas separadas para alunos com NEE.

Perfil dos Professores e a Comunicação com os Alunos Surdos

Os três professores (P1, P2 e P3) sujeitos da pesquisa que lecionam a disciplina de Geografia nas turmas de alunos com NEE e em turma de ouvintes, têm formação em docência e uma longa experiência em ensino da disciplina de Geografia, variando de 15 a 30 anos. Dos três, apenas um possui uma capacitação em LSM.

No que diz respeito à comunicação com os alunos surdos no Processo de Ensino-Aprendizagem todos os professores contam com o apoio de intérpretes da LSM, o que se confirma a partir das respostas dadas por estes quando questionados sobre a forma de comunicação que usam na mediação das aulas.

“A forma de comunicação que eu uso para a transmissão das aulas, é através do intérprete que serve como elo de ligação entre o professor e o aluno”. (PG1)

“As aulas são (interpretadas por uma colega capacitada em LSM) (...)” (PG2)

“Escrevendo no quadro, eles sabem ler, levando para as alas mapas, cartazes e outros materiais geográficos (...)”. (PG3)

Com a perspectiva de perceber melhor o trabalho feito pelos intérpretes de LSM no apoio aos professores em sala de aula, foi-lhes questionado sobre como conseguiam interpretar o conteúdo da disciplina de Geografia, considerando que possui conceitos complexos. A seguir encontram-se os depoimentos de dois que responderam a pergunta.

“(...) Para a interpretação destes conceitos, deve-se usar um material concretizador.” (I1)

“Para interpretar conteúdos complexos é saindo do abstrato para o concreto, trazendo na sala de aulas um material concreto para ilustrar. Por ex. trazer um cartaz com uma imagem do conteúdo a lecionar.” (I2)

A partir dos depoimentos dos professores de Geografia e dos intérpretes percebe-se que a comunicação por via da Língua de Sinais é de extrema importância no ensino de alunos surdos, confirmando a posição de Pena e Sampaio (2011) referenciado anteriormente, assim como a orientação que consta do Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, no concernente ao Princípio de Educação Inclusiva.

A Prática dos Professores no Ensino ao Aluno Surdo

Nesta parte do texto discutem-se os resultados da observação de aulas de Geografia em turmas de alunos com NEE, com o objetivo de verificar as práticas didático-pedagógicas adotadas pelos professores no ensino da disciplina de Geografia. No contexto deste trabalho, a técnica de observação está associada as entrevistas e análise documental, considerando-se



que, nas pesquisas qualitativas do tipo estudo de caso, há necessidade de multiplicidade de fontes e dados coletados em diferentes momentos.

No total foram observadas cinco (5) aulas, sendo três do Professor (P G1) e duas do Professor (PG2), todas as aulas foram observadas no mês de Abril de 2023, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 2 - Cronograma da observação de aulas

Sequência e turma	Data e Hora	Tratados na aula	Professor observado
1ª aula: turma 10A da 8ª classe	6/4/ 2023 7:00 - 7:45 h	Importância das Esferas da Terra. Continuação da aula anterior	PG1
2ª aula: turma 10 da 9ª classe	6/4/2023 7:50 - 8:30 h	Estrutura Etária da População Conclusão da aula anterior: Tipos de pirâmides	PG1
3ª aula: turma A, da 10ª classe	10/4/2023 11:20 - 12: 05 h	Principais rochas e minerais e suas áreas de ocorrência. Correção de exercícios: Minerais.	PG2
4ª aula: turma A, 10ª classe.	11/4 /2023; 9:40 -10: 25 h	Solos: tipos e sua localização em Moçambique	PG2
5ª aula: turma 10A, da 8ª classe.	12/4/ 2023 9:40 -10:25 h	Continuação da aula anterior: Caracterização das camadas da Atmosfera	PG1

Fonte: Registos de Trabalho de campo, Abril de 2023

Das cinco aulas observadas, duas são da 10ª classe, duas da 8ª classe e uma da 9ª classe. No que se refere a assuntos abordados em quatro aulas foram abordados assuntos sobre temáticas físico-naturais e uma tratou sobre o assunto da Geografia Humana.

Todas as aulas observadas caracterizaram-se pela passagem de apontamentos no quadro 2 e uma breve exposição. Os alunos passaram grande parte da aula a copiar os apontamentos para seus cadernos. Os intérpretes no geral traduziam o português oralizado, para a LSM e não propriamente a explicação detalhada do conteúdo.

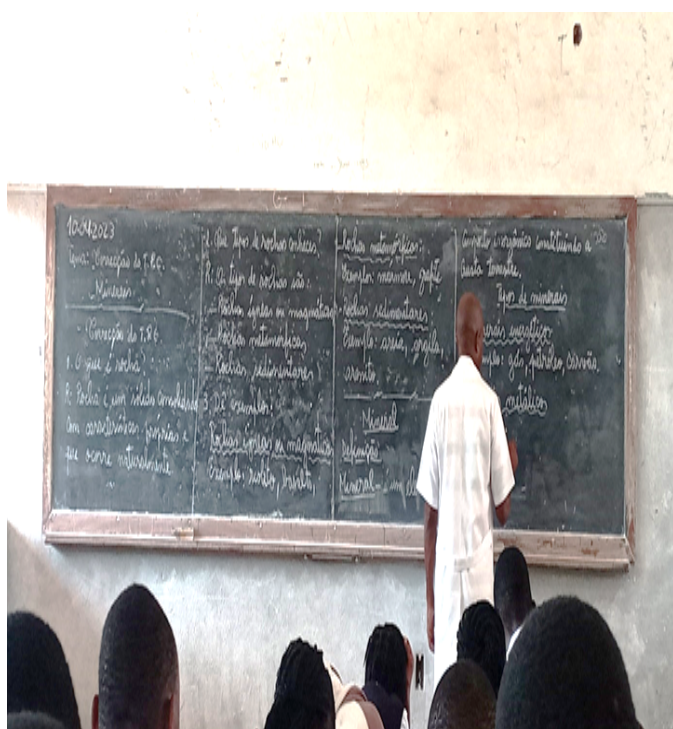
As metodologias de ensino utilizadas pelos professores não condiziam com o que os documentos orientadores apresentam sobre a educação de alunos surdos e nem com as recomendações sugeridas para o ensino de Geografia a alunos com essa condição. Nas aulas não se verificou o recurso ao estudo do meio, uso de material didático (mapas, cartazes,

imagens, vídeos entre outros), embora a escola tivesse condições para o efeito, não houve a inter-relação entre Natureza e Sociedade na abordagem dos conteúdos, conforme orientam os autores como Bueno e Neto (2019), Cavalcanti (2010) Pena e Sampaio (2011) citados anteriormente.

A realidade observada também contrasta com o que os intérpretes de LMS apontaram na entrevista, pois estes realçaram a necessidade do uso de material didático como cartazes e outro tipo de imagens.

As figuras 3a e 3b a seguir mostram o momento em que os alunos passavam os apontamentos. Como se pode ver nas imagens o quadro preto está totalmente preenchido de apontamentos.

Figuras 3a e b - Aula de Geografia na 9ª e 10ª classe



Fonte: Estudo de campo, 6 de Abril de 2023

A observação de aulas, não tinha só o objetivo de verificar as práticas didático-pedagógicas utilizadas pelos professores, mas também sugerir outras possibilidades para a construção de conhecimento geográfico aos alunos surdos que pudessem despertar interesse e acrescentar atitude em relação aos conteúdos da Cartografia contidos na Geografia. A seguir segue a descrição e análise do trabalho feito com os alunos e os resultados alcançados.



Possibilidades de Construção de Conhecimentos Geográficos aos Alunos Surdos

Na perspectiva de sugerir outras possibilidades de trabalho com os alunos surdos por forma a construir conhecimento geográfico com recurso aos mapas e imagens, realizou-se uma atividade com os alunos, em forma de um minicurso. O objetivo foi de observar, como os alunos respondiam às informações visualizadas com uso de um projetor e avaliar o seu nível de atenção, participação e respostas quanto à apresentação de Visio Grafia em materiais cartográficos.

O minicurso realizado teve foco em atividades de visualização e ativação da cognição dos alunos para a leitura de mapas. Com base nesse conhecimento poderiam a posterior desenvolver outras atividades cartográficas. No contexto deste artigo serão analisadas as atividades desenvolvidas no 2º e 3º encontros, embora o minicurso tenha tido seis sessões, no mês de Abril de 2023.

Considerando que o mapa constitui um suporte indispensável para o ensino de Geografia a alunos surdos, conforme foi referenciado anteriormente, no 2º encontro desenvolveu-se uma atividade de aprendizagem para o desenvolvimento da linguagem cartográfica nos alunos. Este teve a duração de 90 minutos, participaram 31 alunos, um professor de Geografia da turma da 10ª classe, um intérprete da LSM e a pesquisadora. Esta última como mediadora.

O minicurso teve lugar em outra sala não habitual para os alunos, pois tinha condições tecnológicas exigidas para o trabalho programado. Esse fato contribuiu para sua motivação e interesse. O material didático preparado para esta atividade foi o projetor que serviu para a apresentação da imagem sobre os pontos cardeais e do mapa sobre enquadramento geográfico do Distrito KaMpfumu, distrito onde se localiza a escola objeto de estudo.

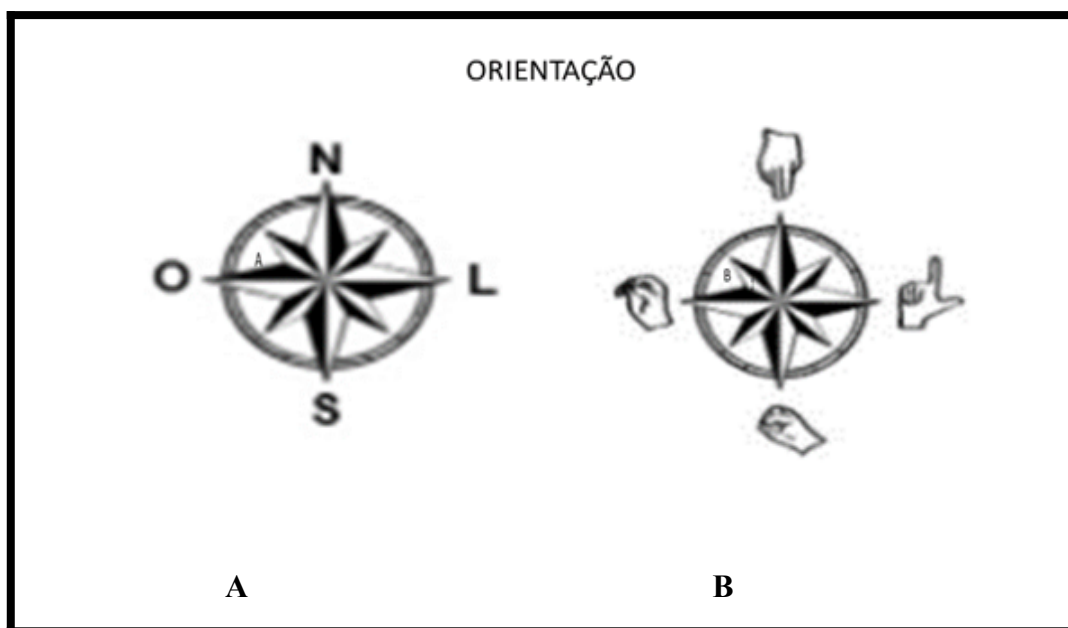
A primeira imagem projetada foi sobre a Rosa-dos-ventos, com o objetivo de avaliar os conhecimentos prévios dos alunos sobre a orientação no mapa. Na interação com os alunos com o apoio do intérprete de LSM, questionou-se aos alunos sobre a sua preferência na linguagem usada na imagem. Todos os alunos responderam que preferiam a B, adequada a sua condição de alunos Surdos. (Ver Figura.4)

Depois de percebidos os conhecimentos prévios dos alunos sobre a orientação no mapa, foram projetados os mapas sobre a divisão administrativa do Município de Maputo. No diálogo inicial abordou-se sobre outros elementos do mapa como: o título, a legenda, a escala e simbologia, indispensáveis para a leitura do mapa, considerando que ler o mapa não é apenas localizar um rio, uma cidade, um país, ou qualquer outro fenômeno, vai, além disso, pois,

o mapa é uma representação codificada de um determinado espaço real. Podemos chamá-lo de um modelo de comunicação, que se vale de um sistema semiótico complexo. A informação é transmitida por meio de uma linguagem cartográfica que se utiliza de três elementos básicos: sistema de signos, redução e projeção. Ler mapas, portanto, significa dominar esse sistema semiótico, essa linguagem cartográfica (ALMEIDA; PASSINI, 2011, p.15).



Figura 4 - Pontos Cardeais de Orientação (Rosa-dos-ventos)



Fonte: Adaptado Santos Neto (2019) *apud* em Oliveira (2021, p. 59)

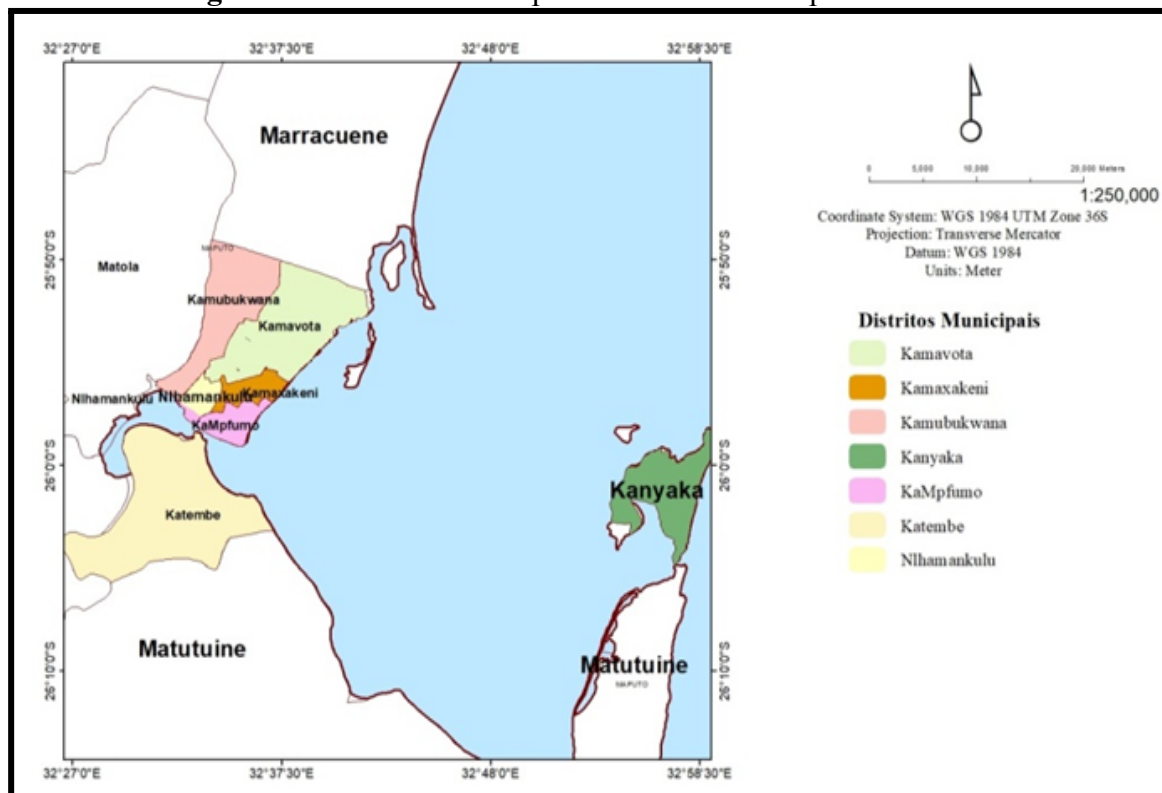
Na leitura do mapa sobre a divisão administrativa do Município de Maputo, foi possível os alunos identificarem os distritos onde se enquadram os bairros onde residem e o distrito onde a sua escola se situa, no entanto, existe reconhecimento de que a função do mapa não é apenas localizar os fatos, pois, no ensino da geografia a linguagem cartográfica como material didático permite:

(...) entender por que aqui e não em outro lugar; a saber, como é este lugar; o porquê deste lugar ser assim; por que as coisas estão dispostas desta maneira; qual a significação deste ordenamento espacial; quais as consequências sociais, políticas, culturais e ambientais de tal modo de organização espacial. (LUDWIG; NASCIMENTO, 2016, p. 3).

A seguir apresenta - se o mapa da Figura 5 analisado pelos alunos.



Figura 5 - Distritos Municipais da Cidade de Maputo



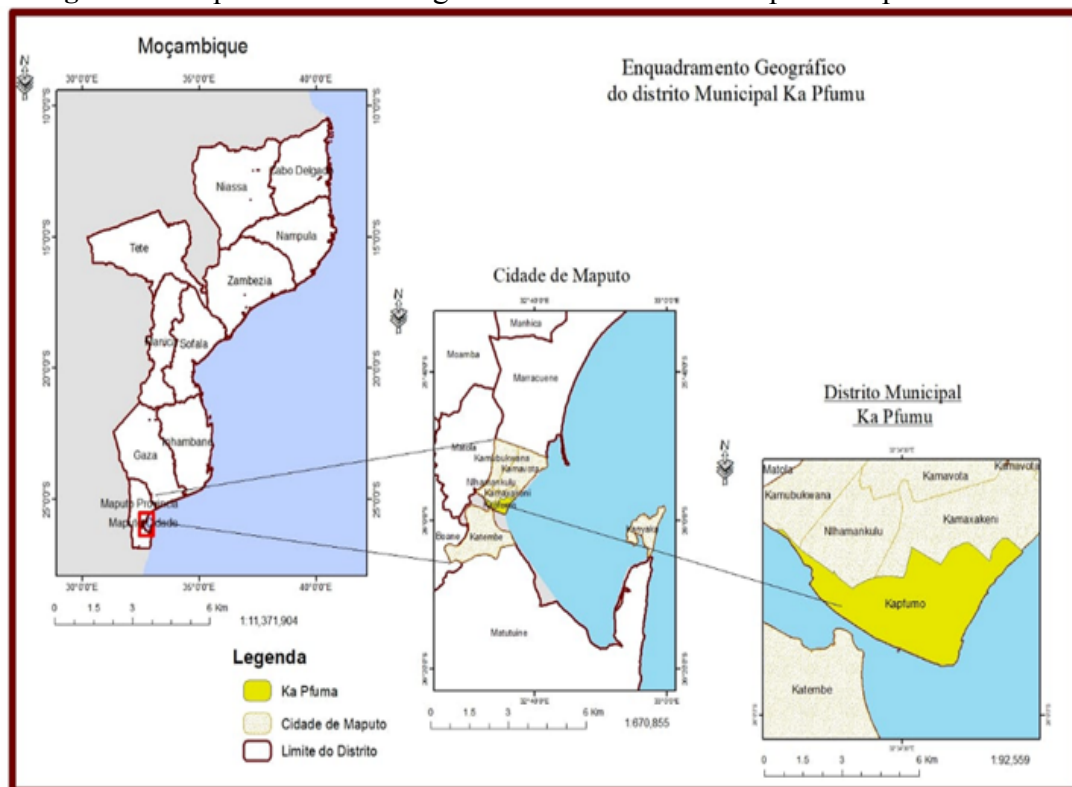
Fonte: Google Earth Projeção: Transversal Mercator; Escala: 1:250.000.

No 3º encontro que também teve a duração de 90 minutos fez-se a projeção do mapa sobre o enquadramento geográfico do distrito KaMapfumu (Figura 5) articulado com a imagem da ponte Maputo-KaTembe (Figura 6) como premissa para a compreensão da construção do espaço geográfico, através da análise das mudanças ocorridas com a construção da ponte.

A partir da descrição e análise da paisagem da baía de Maputo com o recurso a imagem da fig. 5, e da leitura do mapa da fig.6 pelos alunos foi trabalhada a percepção visual espacial dos mesmos. Na análise da imagem de 2015 que se refere ao antes da construção da ponte e a de 2018 depois da construção observaram que alguns elementos da paisagem desapareceram e surgiram outros, tanto naturais, assim como socioeconômicos, mostrando-se nesse caso a dinâmica da produção do espaço.

O trabalho com materiais cartográficos e imagens com os alunos surdos, é de extrema importância para a construção do conhecimento, pois “os signos presentes nos mapas são capazes de transmitir informações, a partir das operações mentais realizadas pelo leitor à medida que os relaciona com os objetos reais” (OLIVEIRA; RICHTER, 2018, p. 77).

Figura 6 - Enquadramento Geográfico do Distrito Municipal KaMpfumu.



Fonte: Google Earth Projeção: Transversal Mercator; Escala: 1:11.371,904

Figura 7 - Imagens do antes e depois da ponte Maputo-Katembe



Fonte: Google Earth Projeção: WGS 1984 UTM Zone 36 S, 24 de Fevereiro de 2021.



Considera-se que o minicurso tornou-se num processo que se traduziu em aula especial para os alunos, pois recorreu-se ao uso de mapas e imagem, o que habitualmente não é utilizado pelos professores da escola objeto de estudo. Em Geografia, o olhar e o ler são atividades preciosas para compreender-se as relações sociais de produção do espaço. Onde o aluno “surdo, por meio da sua percepção e leitura, é muito adepto às atividades que demandam observações” (SANTOS NETO, 2019, p. 119).

Nesse contexto, é fundamental que os professores que trabalham com aqueles alunos adotem métodos e usem meios didáticos que possibilitem a visualização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensino da disciplina de Geografia aos alunos surdos os professores precisam valorizar a sua percepção visual, pois, o desenvolvimento cognitivo de um aluno surdo se estrutura tendo por base informações visuais. No entanto, os professores que atuam em turmas com alunos surdos apresentam algumas dificuldades que se manifestam, por um lado, na falta de domínio da Língua de Sinais, dependendo totalmente dos intérpretes e, por outro, pelo não uso de metodologias de ensino adequados para aqueles alunos.

As metodologias de ensino utilizadas pelos professores não condiziam com o que os documentos orientadores apresentam sobre a educação de alunos surdos e nem com as recomendações sugeridas por diferentes autores para o ensino de Geografia a alunos com essa condição.

O minicurso realizado com o objetivo de desenvolver atividades de visualização e ativação da cognição dos alunos para a leitura de mapas, revelou-se importante e considera-se ter contribuído para a alfabetização cartográfica dos alunos. Assim, recomenda-se que as instituições de ensino promovam a formação contínua de professores em matérias ligadas ao ensino de Geografia a alunos com Necessidades Educativas Especiais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto de Bolsa de Estudo (IBE) pela bolsa concedida para a execução desta pesquisa.

NOTAS

1. A Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, a Lei do SNE, estabelece os princípios e a filosofia da Educação em Moçambique e no n.º 2 do artigo 18 enuncia que “É objectivo da educação especial proporcionar à criança, jovens e adultos uma formação em todos os subsistemas de educação e capacitação vocacional que permita a sua integração na sociedade, na vida laboral e na continuação de estudos.” E, ainda: i) o n.º 3 do artigo 18 estabelece que “O ensino da criança, jovem e adultos com NEE realiza-se em escolas regulares e em escolas



de educação especial.” ii) o n.º 4 do artigo 10 indica que “a criança, jovem e adultos com NEE múltiplas ou atraso mental profundo deve receber educação adaptada às suas capacidades em escolas apropriadas.

2. A Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da criança com deficiência (2020-2029) aprovada pela Resolução n. 40, publicado a 10 de Julho de 2020, tem como objectivo geral: Garantir a igualdade no acesso à educação a todos os cidadãos independentemente da sua condição intelectual, física, sensorial, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, com vista à sua participação plena no desenvolvimento social, económico e político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico. Ensino e representação. 15. ed.. São Paulo: Contexto, 2011.

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio, 2013. Pp. 2-5. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio/> Acesso em 21 de Dezembro de 2021.

BAVO, Názia; COELHO, Orquídea. Ensino e aprendizagem do português (L2/LE) por alunos surdos em Moçambique. (2021). Revista Internacional Em Língua Portuguesa, 40, 119-140. <https://doi.org/10.31492.2184-2043.RILP2021.40/pp.119-140>. Acesso em 6 de Maio de 2022.

BUENO, Miriam Aparecida; SANTOS NETO, Pedro Moreira. Ensino e Aprendizagem de Geografia para alunos Surdos: Entre a Dimensão Visual da Libras e a Linguagem Cartográfica. Geografia, V.44, N.2, Jul./Dez. 2019. pp 199-214. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15113/11624>. Acesso em 8 de Abril de 2022.

CAMPOS, António Carlos. Metodologia do Ensino de Geografia., São Cristóvão/SE: CESAD, 2010. p. 6-12.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teórico-Metodológicas da Geografia Escolar no mundo Contemporaneo e abordagens de ensino. In: Luciola Licínio de Castro Paixão Santos. [et al.]. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.376-377.

DIÁRIO DO GOVÊRNO N.º 48/1918, SÉRIE I DE 1918-03-12. Decreto n.º 3916 extingue a Escola Industrial e Comercial 5 de Outubro, de Lourenço Marques, e cria na mesma cidade um liceu nacional que funcionará no edificio da extinta Escola 5 de Outubro. 1918.

FESTA, Priscila Soares Vidal; OLIVEIRA, Daiane Cristine De. Bilinguismo e Surdez: Conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países. In: Revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET ISSN 2175-1773 – Dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.opet.com.faculdade/revista-pedagogia/pdf/ARTIGO-PRISCILA.pdf>. AcEso em 14 de Julho de 2020.

GIL, António Carlos. Como. Elaborar um Projeto de Pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2007.

LUDWIG, Aline Beatriz; NASCIMENTO Ederson. Os conhecimentos cartográficos na prática docente em geografia um estudo de caso. In: Caminhos de Geografia-Revista online Uberlândia v. 17, n. 60 Dezembro/2016 p.183–19. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313470978>. Acesso em 20 de Setembro 2025.

MEDEIROS, Mara. Metodologia da Pesquisa na Iniciação Científica: Aspetos teóricos e práticos. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

MOÇAMBIQUE, Lei nº18/2018 - Sistema Nacional de Educação. Boletim da República nº 254: Publicação Oficial da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2018.



_____: Diploma Ministerial n.º 191, que aprova o funcionamento dos Centros de Recursos de Educação Inclusiva. Boletim da República n.º 29: de 25 de Julho: Publicação Oficial da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2011.

_____: Resolução n.º 40, Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência 2020-2029. Boletim da República n.º 131 I SÉRIE, de 10 de Julho : Publicação Oficial da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2020.

INDE/MINEDH. Plano curricular do ensino secundário. Documento Orientador Objectivos, Política, Plano de Estudos e Estratégia de Implementação. Maputo Agosto de 2022, pp.6-38.

NGUNGA, Armindo. Língua e transição democrática em Moçambique. Comunicação apresentada no seminário Transição Democrática e as Ciências Sociais nos PALOP's, Maputo, 1-3 Junho de 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Bj8WX8CSLRN9dyhXRM7DP6c/>. Acesso em 20 de Abril de 2020.

OLIVEIRA, Lidiane Bezerra; RICTHER, Denis. O Mapa como Recurso Potencializador da Aula Expositiva de Geografia, in: SANTOS, Francilio de Amorim dos (Org.). Ensino de Geografia aspectos Técnicos e Respectivas Metodologias. Associação brasileira de Aurores, Adufpi, Teresina, 2018, p 75- 80.

ONU. Relatório do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/>. Acesso aos 11 de Dezembro de 2018

PENA, Fernanda; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Ensino e Aprendizagem de geografia para a Educação Inclusiva de Surdos. In: SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo & SAMPAIO, Antonio Carlos Freire. (Orgs.). Ler o mundo com as mãos e ouvir com os olhos: Reflexões sobre o Ensino de geografia em tempos de inclusão. Uberaba, MG., 2011. p 207-223.

PEREIRA, Lucila Conceição. O que é Educação Inclusiva? Um passo a Passo para a Inclusão Escolar, 2017, 2-4. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-inclusiva/>. Acesso em 6 de Maio de 2020.

ROSA, Emiliana Faria. Educação De Surdos e Inclusão Caminhos e Perspectivas Atuais. In: Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n.º 2, Julho/Dezembro, 2011.p.145. Acessado a 26 de Abril de 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br>.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. A Educação Inclusiva – Um Novo Paradigma de Escola. Rev. Lusófona de Educação n.º 19, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo> , acessado aos 6 de Maio de 2020.

SILVA, Delfina Benjamim Massangaie. Percurso histórico da educação especial à educação inclusiva em Moçambique: análise de políticas educacionais 1990-2019. Porto Alegre | jul-dez. | v.34 | n.2, 2021, pp, 34-47. Disponível em: acessado aos 25 de Abril de 2022.

SILVA, Ecione Maria da; MELO. Adriany de Ávila. Estudo preliminar sobre trabalhos de campo na perspectiva da educação inclusiva: Um desafio para os futuros professores de Geografia. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 25 Mar/2008 pp. 87 – 95. Disponível em <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343. Acessado em 8 de Setembro de 2025.